



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)
(Instrução Normativa ME/SEGES nº 40, de 22/05/2020)

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) têm por finalidade identificar o(s) problema(s) e estudar a(s) solução(ões) aplicável(eis), por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes para permitir a escolha de solução adequada e possibilitando ainda, na hipótese de conclusão pela viabilidade da solução escolhida, fundamentar a elaboração do respectivo TERMO DE REFERÊNCIA.

ÁREA REQUISITANTE

SETOR REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-CMDCA	JOATAN TORRES CARVALHOS JÚNIOR
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	MARLENE DE OLIVEIRA CRUZ

DA SINGULARIDADE DO OBJETO

O objeto em questão trata-se de contratação de empresa especializada para serviços técnicos especializados de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização. Segundo este artigo, considera-se serviço técnico especializado aquele que é caracterizado pela natureza predominantemente intelectual, envolvendo dedicação e conhecimento especializado em determinada área.

Art. 74. *É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO DO SISTEMA

A justificativa da necessidade e pela virtude de apoiar decisões para a formação de políticas públicas, Instrumentalizar as (os) profissionais que atuam com garantia de direitos da criança e do adolescente, proporcionando subsídios e conteúdos para o atendimento a crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violências, violência sexual contra crianças e adolescentes, automutilação, bullying, relações de gênero, comércio sexual, homofobia, racismo, gravidez na adolescência, recrudescimento das ISTs e da Aids, enfim, movimentos que enfatizam os direitos humanos, a qualidade de vida e a responsabilidade social entre outros



temas, são exemplos significativos da necessidade de uma mudança de postura diante da vida, necessárias às situações enfrentadas por adolescentes, jovens e comunidades em geral.

Diante das demandas identificadas no município, e em consonância com o movimento pela formação ética e cidadã de profissionais do Sistema de Garantia de Direitos-SGD, adolescentes e jovens – no Brasil e no mundo - o presente projeto propõe-se a oferecer elementos de reflexão e (re) construção de conceitos, atitudes e práticas que mobilizem a busca de respostas para as questões relativas à vida cidadã, que emergem da sociedade atual. Neste contexto, inclui-se questões relativas à sexualidade humana como autoconhecimento, comunicação, empoderamento, protagonismo e projetos de vida.

O esforço de problematizar os fenômenos que constituem a educação sexual implica reconhecer o caráter interdisciplinar das várias áreas do conhecimento na formação humana. Nossa preocupação está voltada para as formas como as questões da sexualidade e aspectos da vida das crianças, adolescentes e jovens têm sido tratadas pelos vários segmentos da sociedade.

A partir dessas considerações, o Projeto propõe aos profissionais do SGD discussões, reflexões e ações dentro dos temas propostos para atenderem crianças, adolescentes e jovens, levando em conta a própria comunidade como um espaço favorável às manifestações culturais e às situações de aprendizagem social, de participação, de exercício de cidadania e de protagonismo juvenil. Entende-se que todas as ações vivenciadas na comunidade ou fora dela impactam positiva ou negativamente a vida de todos.

Levantamento Inicial

Com base nas análises de indicadores e nas reuniões de acompanhamento realizadas o INSTITUTO RANAI – Ensino e Desenvolvimento se destacam como uma referência no fortalecimento das políticas públicas nas áreas de saúde, assistência social, educação, segurança pública e conselho tutelar na capacitando de servidores públicos e profissionais da iniciativa privada, oferecendo soluções abrangentes e de alta qualidade.

DAS CARACTERÍSTICAS DE EXECUÇÃO

MÓDULO I - ASSESSORIA PARA CONSTRUÇÃO DO FLUXO E DO PROTOCOLO DE ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	CARGA HORÁRIA
● Capacitação para construção do fluxo e protocolo de atendimento integrado de atenção às violências, conforme a realidade local; ● Apoio para a criação de um fluxo para encaminhamento de situações de violência contra crianças e adolescentes; ● Oficina de mapeamento da rede; ● Atribuições de cada política no atendimento às violências; ● Construção do fluxo de atendimento e definição dos protocolos internos para cada equipamento do município, a partir de cada porta de entrada; ● Aspectos norteadores para construção do protocolo integrado; ● Pactuação entre todos os equipamentos do município.	30 HORAS



• Projeto gráfico do protocolo.	
MÓDULO II - CAPACITAÇÃO DE ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, VÍTIMAS E/OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA, COM ÊNFASE NA ACOLHIDA DA REVELAÇÃO ESPONTÂNEA.	CARGA HORÁRIA
• Direitos das crianças e adolescentes no Brasil; • Lei n. 13.431, Decreto n. 9.603/2018 e Lei n. 14.344/2022; • Contexto sociocultural de produção de violências; • Identificação de sinais e sintomas de violência; • Conceitos de violência (física, psicológica, sexual, negligência, institucional); • Critérios de avaliação de fatores de risco; • Papel das políticas públicas (proteção, defesa e controle); • Diferença entre Revelação Espontânea, Escuta Especializada e Depoimento Especial; • Boas práticas na atenção às c	08 HORAS (2 turmas de 4h)
MÓDULO III - CAPACITAÇÃO DE ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, VÍTIMAS E/OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA, COM ÊNFASE NA ESCUTA ESPECIALIZADA	CARGA HORÁRIA
• Desenvolvimento infantil; • Processos de memória e linguagem; • A entrevista no contexto da rede de proteção; • Aspectos técnicos e éticos para realização da entrevista; • Ambiente da escuta especializada; • Práticas problemáticas e revitimização; • Levantamento de informações na rede de proteção; • Roteiro para o procedimento de escuta especializada; • Registro e relatório de escuta especializada; • Treino de registro a partir de caso prático. • O atendimento na prática e as implicações do profissional; • Discussão e roteiros para possibilidades de intervenções em casos práticos; • Simulação de entrevista.	12 HORAS
MÓDULO IV - FORMAÇÃO AVANÇADA CONSELHEIROS (AS) TUTELARES: FUNDAMENTOS E PRÁTICA	CARGA HORÁRIA
• Estatuto da Criança e do Adolescente; • Atribuições do Conselho Tutelar; • Lei de Henry Borel; • Pressupostos éticos do trabalho com a criança e adolescente; • Conselho Tutelar e Rede Socioassistencial. • Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA • Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes	16 HORAS



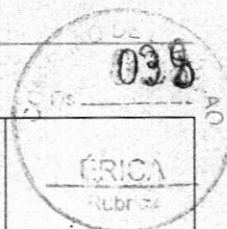
• Conselho Tutelar e os Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente; • Conselho Tutelar enquanto órgão da Administração Pública; • O Conselho Tutelar e suas atribuições; • Estrutura e funcionamento; • Características do Conselho Tutelar; • Funções e atribuições do Conselho Tutelar; • Habilidades Básicas do Conselho Tutelar; • Atendimento, encaminhamento e acompanhamento dos casos; • A relação do Conselho Tutelar com as Políticas Públicas (SUS, SUAS, SINASE, Educação, Segurança Pública); • Perspectivas de atuação junto a política de assistência social (serviços de proteção básica e especial); • Perspectiva de atuação junto a Políticas educacionais para infância e adolescência; • Práticas de intervenção em programas relacionados ao sistema de segurança pública; • Conselho Tutelar e as Medidas socioeducativas; • Conselho Tutelar e Defensoria Pública; • Conselho Tutelar e Ministério Público; • Perspectiva de atuação junto a comunidade.	
MÓDULO V - SIPIA-CT	CARGA HORÁRIA
• Exemplos de políticas implementadas através de dados; • As vantagens da utilização do SIPIA para as/os Conselheiras/os Tutelares e sociedade x as dificuldades da implementação; • A estrutura do Conselho Tutelar para operacionalizar o sistema (momento de escutar os alunos); • A resistência profissional, dificuldade de utilizar computadores, sistemas e redes; • As dificuldades das transições de modelos/sistemas; • A importância dos dados de todo país na aplicação das medidas de proteção. Como esgotar possibilidades sem informações? (trabalhar o contexto do país, o direito de ir e vir das pessoas, o aumento da população etc.); • O Conselho Tutelar precisa se atualizar para ser respeitado; • Metas – O ideal e o real; • Dados da plataforma (que podem ser acessados por qualquer pessoa); • Explicando como usar o campo treinamento, desde a senha/nova senha aos trâmites iniciais; • Explicando como usar o campo oficial, desde a senha/nova senha aos trâmites iniciais; • O cadastro dos serviços/programas da rede de proteção – Sistema de garantia dos direitos das crianças e do adolescente - SGDCA (CT/CMDCA); • Cadastrar o caso – Apresentação e treinamento; • Encaminhamentos – Apresentação e treinamento; • Monitoramento – Apresentação e treinamento; • Encerramento – Apresentação e treinamento;	12 HORAS



● Agenda, dados, buscas, denúncias, entre outras possibilidades do sistema.	
MÓDULO VI - CAPACITAÇÃO DOS EDUCADORES SOCIAIS PARA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO	CARGA HORÁRIA
● Atribuições de cada profissional de acordo com as Orientações Técnicas para serviços de acolhimento para crianças e adolescentes; ● Aspectos éticos e sigilo profissional; ● Trabalho em equipe; ● Cuidado integral, escuta e acolhimento; ● Cuidado e autocuidado; ● Desacolhimento institucional; ● Aspectos psicológicos e sociais do desenvolvimento humano (infância e adolescência); ● Relações entre irmãos; ● Gênero, raça e deficiência; ● Manejo de crise; ● Habilidades de escuta e acolhimento com crianças e com adolescentes.	16 HORAS
MÓDULO VII - CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SUAS QUE ATUAM NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV	CARGA HORÁRIA
● Segurança de Convívio: Concepção de convivência familiar, comunitária e social no âmbito dos direitos sociais; ● Vínculos sociais como resultantes de convivências de proteção social; ● Participação cidadã e desenvolvimento do protagonismo dos usuários. ● O SCFV conforme a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais; ● Equipe de Referência e atribuições; ● Orientações Técnicas do MDS para a execução do SCFV; ● Objetivos do SCFV por faixa-etária; ● Público Prioritário para o SCFV; ● Articulação entre o SCFV e o PAIF; ● Postura de acolhida e escuta; ● Postura de valorização e reconhecimento; ● Situações de produções coletivas e exercício de escolhas; ● Tomada de decisão sobre a própria vida e de seu grupo; ● Experiência do diálogo frente a situações de conflitos; ● Reconhecimento de limites e possibilidades das situações vividas; ● Escolher e decidir coletivamente; ● Aprender e ensinar horizontalmente; ● Reconhecer e nominar suas emoções nas situações vividas; ● Planejamento: Apresentação da proposta de trabalho a partir de Percursos no SCFV; ● Organização: Importância do cronograma semanal de atividades; ● Elementos essenciais para os registros das atividades e elaboração de relatórios diários e/ou mensais.	16 HORAS



MÓDULO VIII - CAPACITAÇÃO PARA ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO CREAS	CARGA HORÁRIA
• Violências e violações de direitos: seus efeitos psicossociais; • A violência estrutural-institucional; • Violência, sofrimento psíquico e marcadores sociais das diferenças: corpo, gênero, raça, etnia, classe social, território, cultura, geração; • Violência: física, sexual, negligência, maus-tratos, psicológica, trabalho infantil, em decorrência de orientação sexual, expressão e identidade de gênero, raça/etnia; • A psicodinâmica da violência: aspecto sistêmico e repetitivo; • Trauma e violência em situações de imigração, migração e refúgio; • Vulnerabilidades, silenciamento e desamparo social: intervenções (im)possíveis no CREAS frente às violências contra crianças, adolescentes, pessoas idosas, mulheres, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua; • Trabalho (Psicossocial) com famílias; • A interdisciplinaridade e Intersetorialidade no SUAS; • O trabalho social com famílias no CREAS: transferência e processo de vinculação entre profissionais e sujeitos-usuários; • O atendimento psicossocial e seus efeitos na vida dos sujeitos-usuários do CREAS; • Acolhimento, escuta e encaminhamentos às famílias e indivíduos em situações de violências: a (des)construção do PAF (Plano de Atendimento Familiar); • Onde o PAF vai nos levar; • Famílias como protagonistas dessa construção; • Trabalho psicossocial e parentalidade protetiva: transformação e fortalecimento de laços familiares, comunitários e sociais; • Política do cuidado, ética da não violência e garantia de direitos humanos; • Ética da não violência, garantia de direitos e promoção de saúde mental dos sujeitos-usuários do CREAS; • Políticas de cuidado na rede de atenção à infância e adolescência; • Considerações sobre escuta e a construção de dispositivos clínicos-políticos no CREAS: ou sobre dar a palavra.	16 HORAS
MÓDULO IX - CAPACITAÇÃO DE ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO SERVIÇO DE FAMÍLIA ACOLHEDORA	CARGA HORÁRIA
Serviço de acolhimento em família acolhedora; • Entendendo o Acolhimento Familiar; • Estratégias para identificar e engajar potenciais famílias acolhedoras; • Critérios para Avaliação e Seleção de Famílias; • Formação Inicial para Famílias Acolhedoras; • Acompanhamento da Família Acolhedora; • Metodologias para suporte contínuo e avaliação do ambiente familiar; • Trabalho em rede no serviço de Acolhimento Familiar;	12 HORAS



• Trabalho com a família de origem; • Promoção do direito à convivência familiar e comunitária; • Fluxo de Atendimento; • Integrando a Criança/Adolescente à Família Acolhedora; • Construindo o PIA (Plano Individual de Atendimento); • Diretrizes Legais e Éticas do Acolhimento; • Apoio Emocional para a Família e a Criança/Adolescente; • Processo de Desligamento e Transição.	
MÓDULO X - CAPACITAÇÃO PARA ATENDIMENTO ÀS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO	CARGA HORÁRIA
• Apresentação dos participantes e elucidação dos conhecimentos teóricos e legais sobre a política da socioeducação; • Quem são os adolescentes que chegam até nós?; • O que entendemos por socioeducação?; • O que é proteção integral?; • O que é proteção social?; • Responsabilização ou penalização?; • Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo; • Acolhimento; • PIA – integração com as outras políticas; • Direito à convivência familiar e comunitária; • Acesso a serviços (PPCAM).	16 HORAS
MÓDULO XI - OS CONSELHOS DE DIREITO NA GESTÃO DOS FUNDOS MUNICIPAIS	CARGA HORÁRIA
• Fundamentos do Sistema de Controle da Administração Pública; • Conceito e finalidade de garantir legalidade, eficiência e transparência; • Importância do controle social e da participação popular; • Legislação que respalda os conselhos; • Responsabilidade dos Poderes Executivos na criação e manutenção dos conselhos, reforçando a transparência e a democratização da gestão; • Papel e Funções dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas (fiscalizatório, propositivo, deliberativo e normativo); • Atividades Práticas e Estudos de Caso; • Aspectos legais e normativos que regem sua gestão; • Papel dos Conselhos na Gestão e Fiscalização do FMAS, FMI e FIA; • Monitorar a aplicação dos recursos e verificar a conformidade dos gastos; • Elaboração e aprovação dos planos de aplicação; • Instrumentos de controle, indicadores, ferramentas de acompanhamento; prestação de contas e mecanismos de participação cidadã; • Metodologias e ferramentas de fiscalização;	12 HORAS



• Apresentação de experiências exitosas e debates sobre desafios e soluções.	
MÓDULO XII - CAPACITAR EDUCADORES SOBRE BULLYING E CYBERBULLYING NAS ESCOLAS	CARGA HORÁRIA
• Conceitos e definições • Bullying e Cyberbullying nas escolas; • Sinais e sintomas; • Avaliação dos fatores de risco e proteção; • Como prevenir e como denunciar? • Boas práticas na atuação e prevenção às violências; • O papel da família e da escola no combate ao Bullying e Cyberbullying; • Oficina sobre como desenvolver projetos anti-bullying nas escolas.	8 HORAS
MÓDULO XIII- CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS-PA	CARGA HORÁRIA
PARTE I • Planejamento e elaboração de documentação; • Minuta do decreto de convocação da conferência; • Minuta da Resolução de convocação e nomeação da comissão organizadora; • Minuta do Regimento interno da conferência; • Programação da conferência; • Convite para os participantes; • Certificados de participação; • Crachás para divisão de grupos; • Ficha de avaliação da conferência; PARTE II • Realização da Conferência; • Auxílio para planejamento da condução do cerimonial; • Ministrando uma palestra de aproximadamente 1 hora, com 1 (um/uma) profissional habilitada(o), abordando o tema principal da conferência: "20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência", alinhado com as necessidades do município*; • Supervisão e auxílio nos eixos de discussão. PARTE III • Encaminhamentos e eleição de delegadas; • Auxílio na formulação das propostas; • Eleição dos delegados para a Conferência Estadual; • O Formulário de Registro do Processo das Conferências Municipais (relatório final para a conferência estadual);	8 HORAS



● Relatório da avaliação pelos participantes e fotos da conferência.	
MÓDULO XIV- CAPACITAÇÃO EM ELABORAÇÃO DE PROJETOS VOLTADOS PARA ENTIDADES CADASTRADAS NO CMDCA E CONSELHEIROS DE DIREITOS, ELABORAÇÃO DE FLUXO, TREINAMENTO PARA GESTORA DE PARCERIA, COM BASE NA LEI FEDERAL 13.019/2014 E SEU DECRETO FEDERAL DE REGULAMENTAÇÃO N 8.726/2016.	CARGA HORÁRIA
Esta proposta destina-se a atender ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em sua necessidade de capacitação para as Entidades Cadastradas no CMDCA, conselheiros de Direitos e a gestora de parceria, quanto às normas de gestão das parcerias locais com as Organizações da Sociedade Civil, e análise das devidas prestações de contas, elaboração do fluxo. O treinamento abrange Legislação e Gestão, com base na Lei Federal nº 13.019/2014 e seu Decreto Federal de regulamentação nº 8.726/2016, podendo abranger a regulamentação municipal. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: ● Conceitos e definições na Lei nº 13.019/2014; ● A parceria voluntária, contratos administrativos e convênios administrativos: diferenças e escopo de aplicação; ● Situações em que devem e não devem ser aplicadas as regras da Lei 13.019/2014; ● Obrigações iniciais dos municípios; ● Peculiaridades dos Fundos Especiais (FIA); ● Dúvidas frequentes; ETAPAS DA PARCERIA: ● Fase preparatória da parceria; ● Requisição da parceria; ● Aplicação da Lei 13.019/2014; ● Chamamento Público; ● Dispensa e Inexigibilidade; ● Celebração da parceria; ● Execução da parceria; ● Prestação de contas; MINUTAS E MODELOS DE INSTRUMENTOS: ● Decreto de regulamentação municipal; ● Requisição da parceria; ● Parecer do órgão técnico; ● Parecer Jurídico; ● Justificativa de dispensa/inexigibilidade; ● Plano de Trabalho; ● Minuta de Edital de chamamento público; ● Minuta de Termo de Colaboração/Fomento;	12 HORAS



- Relatório técnico de monitoramento e avaliação;
- Relatório de visita técnica;
- Parecer técnico conclusivo de análise de prestação de contas final.

PÚBLICO-ALVO:

- Organização da Sociedade Civil;
- Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Gestora de Parceira;
- Ordenador de despesa.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Relativamente ao valor acordado, procedeu-se a uma análise comparativa com contratações análogas realizadas por outros entes públicos junto à empresa em tela, cujas evidências encontram-se devidamente instruídas nos autos deste processo. Tais documentos atestam a propriedade e pertinência do montante, e todos os respectivos contratos foram devidamente juntados a este feito. A contratação é a adequação do preço na realidade mercadológica da área de abrangência do município, onde o preço total dos serviços será de R\$ 223.024,10 (Duzentos e vinte e três mil, vinte e quatro reais e dez centavos), assim como não está além dos preços praticados no mercado, ressaltando que o preço ajustado entre as partes é bruto, sem nenhum ônus adicional, cabendo à empresa contratada assumir todos os encargos de natureza fiscal, trabalhista, comercial, secundário e previdenciário, podendo demonstrar a equiparação do preço através de contratos de prestação de serviços realizados com o escritório, que se recaiu a escolha, com demais órgãos da administração pública, evidenciando a total compatibilidade do preço ofertado na proposta com o mercado, ressaltando que devido a tipificação do processo, é difícil realizar cotação previa de preços com outros prestadores, tendo em conta que trata-se de singularidade intelectual.

DA COMPROVAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA

O INSTITUTO RANAI ENSINO E DESENVOLVIMENTO, CNPJ Nº 46.757.247/000158. Apresentou se a documentação que atende aos requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária (art. 72, V, da Lei nº 14.133/2021), com o devido cumprimento de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e social.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Declaramos, considerando todo o exposto nestes Estudos Preliminares, que a contratação:

[X] é viável [] não é viável

[Assinatura]
GESTOR DE SETOR/LICITAÇÃO
IDARILEY SOUSA SILVA
PORTARIA Nº 104/2020-GP

Canaã dos Carajás, 25 de março de 2025.